

OS IMPACTOS DA PANDEMIA (COVID-19) NO COTIDIANO DAS PESSOAS: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DOS FEMINISMOS - ENTREVISTA COM JOANA MARIA PEDRO

Fabiane Freire França *
Claudia Priori **
Ana Lucia Galinkin ***

Joana Maria Pedro, professora, historiadora e pesquisadora da História das Mulheres e dos Estudos de Gênero, é uma das principais referências na historiografia brasileira. Sua prática docente tanto na graduação quanto na pós-graduação, pesquisas e publicações têm deixado impressas na formação acadêmica de centenas de pesquisadoras e pesquisadores, inúmeras contribuições ao conhecimento histórico e ao diálogo interdisciplinar, especialmente no que se refere aos estudos e abordagens das relações de gênero e suas intersecções. É professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na qual, desde março de 2019, obteve sua aposentadoria, e é docente permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. Joana Maria Pedro é pesquisadora do CNPq e, também, pesquisadora do Instituto de Estudos de Gênero (IEG) e do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH). Uma trajetória acadêmica e profissional que se iniciou com a graduação em História pela Universidade do Vale do Itajaí (1972), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1992). Fez pós-doutorado na França, na Université d'Avignon, entre 2001 e 2002, e mais recentemente, entre 2016 e 2017, fez pós-doutorado nos Estados Unidos, na Brown University. Além de sua atuação na pesquisa e no ensino de graduação e pós-graduação, a professora Joana Maria Pedro ocupou durante sua carreira acadêmica algumas funções administrativas na gestão universitária, das quais podemos citar: a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História entre 1993 e 1995; a Direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas entre 1996 e 2000; a Coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas entre 2008 e 2012 e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação entre 2012 e 2016. Em âmbito nacional foi presidenta da Associação Nacional de História (ANPUH), na gestão de 2017- 2019. A trajetória de Joana Maria Pedro nos mostra como a pesquisa, o ensino, a extensão e a gestão universitária, assim como tantos outros cargos diretivos no país, podem ser ocupados por mulheres. Nos mostra, ainda, que as lutas por uma educação democrática, igualdade de gênero, defesa dos direitos humanos, respeito às diversidades, maior inserção nos espaços de mando e decisão política, são lutas que atravessam a vida de professoras e de professores, pesquisadoras e pesquisadores, e que são lutas incessantes e incansáveis. Autora de diversos livros, é importante destacar algumas de suas principais obras: *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe* (1994); *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX* (1995); *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX* (2003); *Masculino, Feminino, Plural – Gênero na Interdisciplinaridade* (2006); *Fronteiras de Gênero* (2011); *Resistências, Gênero e Feminismos contra as Ditaduras no Cone Sul* (2011); *Relações de Poder e Subjetividades* (2011) e *Nova História das Mulheres no Brasil* (2012). Neste contexto de pandemia que o mundo está atravessando, a professora Joana Maria Pedro¹ nos concede esta entrevista ao “Dossiê Estudos de Gênero e Educação: Diversidade, Políticas e Resistências” da Revista Educação e Linguagens, na qual dialoga conosco a respeito dos impactos da pandemia na vida cotidiana, bem como discute os desafios e contribuições dos Estudos de Gênero e dos feminismos na atual conjuntura social e política.

Primeiramente, queremos externar nossa gratidão por aceitar participar desta entrevista. Temos presenciado, nos últimos anos, diversos ataques aos estudos de gênero por setores políticos e religiosos fundamentalistas, que, por diversas vezes, fizeram tentativas de legislar sobre o assunto e impedir a discussão das questões de gênero e sexualidade na escola. Como nós, pesquisadoras(es) professoras(es), podemos intensificar nossas lutas políticas, resistências e práticas docentes para um maior debate público dessas questões, principalmente nesse contexto político do país, e ainda mais agora, atravessados pelos efeitos e sentidos de uma pandemia?

Joana Maria Pedro: Como professoras e pesquisadoras, precisamos, antes de qualquer coisa, não ter medo. Ao discutir gênero e sexualidade, estamos proporcionando conhecimento e cidadania. Como professoras de História, podemos abordar estas questões de várias maneiras. Vou enumerar algumas: 1) dar historicidade para as masculinidades e feminilidades, mostrando que estas não são fixas, são culturais e históricas; 2) mostrar que, tanto as mulheres quanto os homens, perdem com as definições de gênero rígidas e com as hierarquias que se estabelecem; 3) dar visibilidade às mulheres na história, apontando as diferentes formas de vida, dependendo da raça e da classe; 4) apontar a especificidade de ser escravizada no Brasil e de como os padrões de feminilidade não valiam para estas mulheres; 5) destacar as diferentes culturas dos nativos brasileiros e como suas relações de gênero, lidam com a homossexualidade e com pessoas trans, divergindo das europeias; 6) mapear os diferentes grupos e culturas que foram trazidos escravizados da África, e como era diferente o protagonismo destas mulheres; 7) dar destaque à atuação de mulheres nos vários acontecimentos da história nacional, que são pouco visíveis nos livros didáticos de história.

Como docentes de qualquer nível de ensino, em sala de aula, não podem e não devem permitir a discriminação e o preconceito. Dar o exemplo valorizando as pessoas independentemente do sexo, do gênero, da sexualidade, da raça/etnia, classe social, capacidade etc.

Há uma vasta pesquisa sobre a História das mulheres, das relações de gênero, das sexualidades e das masculinidades e feminilidades. É importante trazer estas informações para as salas de aula, mesmo que o livro didático adotado não traga este conteúdo. Há muito material didático de qualidade na internet que pode ser usado e, se houver condições, estudantes podem – sob orientação docente, fazer pesquisa, ler materiais e discutir em sala de aula. Enfim, tornar este um

assunto que precisa ser conhecido. Levar a sério esta temática, pedir que leiam, estudem e cobrar em trabalhos e provas. Convém lembrar que o próprio Superior Tribunal Federal (STF) reconheceu que a questão da sexualidade é um assunto que deve ser discutido na escola. Esta é uma temática que, quando é desconhecida, retira das crianças e jovens as possibilidades de escolha e de decisão, enfim, de protagonismo.

Jovens precisam aprender sobre sexo e, mesmo que digam que isso é algo que as mães e os pais devem ensinar, não é isso que acontece. Sobre este assunto, aprender com coleguinhas mais velhas ou mais “sabidas”. O sexo, o desejo, o gênero e a sexualidade fazem parte da vida, como dormir, comer, nascer e morrer. É preciso dessacralizar o sexo e a sexualidade e torná-los um conhecimento corriqueiro, como estudar gramática, física, biologia, matemática, geografia, etc. A disciplina história é, certamente, uma das mais apropriadas para mostrar como este conhecimento já foi alvo de desconfiança; como mulheres e meninas foram afastadas desse conhecimento, ou como deveriam fingir nada saber. Meninos e homens, apesar de todas as mudanças, continuam sendo cobrados em coragem, e, por isso, muitas vezes morrem mais cedo. Ser homem é arriscado, porque se tem ensinado que não devem chorar ou mostrar fraqueza. A história nos ajuda a mostrar que as guerras não atingem somente homens, e que as mulheres estiveram presentes em diferentes situações, como enfermeiras, como acompanhantes, como vivandeiras². A história aponta como as sexualidades dissidentes da cisheteronormatividade fizeram parte de diferentes sociedades, em diversas temporalidades, sem que isso fosse um grave problema, e que a exigência da heterossexualidade cis tornou-se um problema, em algumas religiões e foram alvos de leis do Estado, especialmente a partir do século XVIII, na Europa.

Penso que, nas universidades, é preciso, cada vez mais, criar núcleo de pesquisa, grupos de estudo, reflexões, oficinas visando discutir machismo, misoginia, transfobia, homofobia, assédio sexual e todas as formas de violência. Precisamos estimular as/os estudantes a se reunirem e discutirem masculinidades, feminilidades, organizarem coletivos e lutarem por direitos.

Estes são alguns dos exemplos que eu consigo pensar, sobre como enfrentar a emergência deste pensamento fundamentalista cristofascista. Reforço, aqui, que não podemos nos esconder nem deixar de falar de questões de gênero e

sexualidade. Estas são questões da vida, e a disciplina História tem por objeto de estudo tudo que envolve a vida das pessoas. Marc Bloch já dizia isso no seu clássico livro *Apologia da História*, publicado em 1949:

Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por trás dos escritos aparentemente insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens (eu diria as pessoas) que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador (e eu quero acrescentar a historiadora) se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.³

Lembremos que o gênero e a sexualidade fazem parte da “carne humana”. São, portanto, campo de estudo de quem pesquisa e ensina História.

Como os estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismos podem contribuir para a análise e compreensão da conjuntura atual, sobretudo em tempos de pandemia, que assola tantas vidas no Brasil e no mundo, e escancara ainda mais as desigualdades sociais, assim como os conflitos e disputas políticas?

Joana Maria Pedro: De fato, esta é uma conjuntura muito complexa: sua análise requer ferramentas interdisciplinares, de maneira geral. O Brasil, desde o início da década de 2010, estava iniciando um processo de queda do rendimento na economia, crises políticas passaram a se avolumar; com as jornadas de 2013, vimos a aceleração da emergência da extrema direita⁴ no Brasil. Tivemos a prisão, com acusações de corrupção, de várias personalidades do campo da esquerda e, ainda o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A eleição de um personagem que, até então, era um deputado do chamado “baixo clero” da Câmara dos Deputados, no Brasil, em 2018, trouxe mais poder para as forças de direita. Foi justamente em meio a todos estes acontecimentos que o Brasil foi atingido pela pandemia do Coronavírus.

País com longa história de desigualdades sociais, o Brasil tinha, neste início de século XXI, conseguido implementar várias políticas de inclusão, buscando a redução da pobreza. Grande parte dos recursos que permitiram a execução destas políticas eram oriundas do crescimento econômico promovido pela elevação do preço das *commodities*. O crescimento da China demandou matérias primas e

produtos agropecuários fornecidos por países como o Brasil. Evidentemente, estes recursos acumulados, com o aumento do preço das *commodities*, foi destinado, em parte, para políticas de redução da pobreza, porque os governos que assumiram eram do campo da esquerda. Convém lembrar que este processo não ocorreu somente no Brasil. Outros países na América do Sul também viveram este momento, com governos de esquerda. Francisco Panizza chamou este momento de “Maré Rosa”⁵.

Grande parte destes governos de esquerda, dentre eles o do Brasil, em suas políticas de inclusão, promoveram leis e políticas que buscaram a igualdade de gênero. Posso citar algumas: 1) aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006; 2) criação da Secretaria de Políticas para Mulheres com status de ministério, em 2003; 3) aprovação da lei do Feminicídio, em 2015; 4) os editais de pesquisa realizados pela Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), junto com o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) -, com recursos para pesquisa; 5) os concursos de redação e de artigos científicos intitulados “Construindo a Igualdade de Gênero”, voltados para estudantes de ensino médio, graduação e pós-graduação, também organizados pela SPM⁶; 6) as atuações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), que apoiou cursos de Gênero e Diversidade na Escola, formando especialistas e criando uma grande rede de conhecimento que fortaleceu as pesquisas sobre o feminismo, História das Mulheres, relações de gênero e sexualidades.

Este caminho de crescimento e de conquistas no campo do gênero e do feminismo foi interrompido, como já sabemos, pelo próprio *impeachment* da presidenta, a qual enfrentou, além da crise econômica e política, uma acirrada violência política de gênero⁷. Grande parte dos ataques feitos a ela vieram carregados do fato de ela ser uma mulher e estar ocupando o mais alto cargo da nação.

Neste momento, com a pandemia, os estudos de gênero e feministas permitem-nos ver como os símbolos de masculinidade estão presentes na forma como o atual presidente da República lida com a pandemia: desqualificando, dizendo que é apenas uma “gripezinha”, questionando o isolamento social, afirmando que o uso de máscara não é coisa de homens heterossexuais, descomprometendo-se com o amparo do Estado aos mais vulneráveis, e divulgando “remédios milagrosos”.

São os conhecimentos de gênero e feminismo que nos fazem, ao mesmo tempo, temer pela violência de gênero e pelo feminicídio no isolamento, além de denunciar a exaustão das mulheres que, em casa, em *home office*, acumulam as atividades do trabalho remunerado e do trabalho doméstico não pago. Ao mesmo tempo, fazem notar o quanto as mulheres tornaram-se imprescindíveis para a sobrevivência nesta pandemia. O quanto o cuidado e a solidariedade garantem a vida.

Conta-se uma história sobre Margaret Mead⁸, que nem sabemos se é verdade. Esta antropóloga definiu a separação entre cultura e natureza no cuidado. Ao ver, numa escavação, um esqueleto, com um fêmur curado de uma fratura, deduziu que aquele era um osso humano de alguma cultura. De acordo com ela, se fosse de um primata, não teria condições de ter sido curado. Para que um osso seja colado, depois da fratura, é preciso que alguém cuide da pessoa: alimentando, espantando outros animais e inimigos⁹. Se entendermos que o cuidado faz parte da cultura, então a manutenção da humanidade depende das pessoas que têm sido ensinadas e cobradas a cuidar das demais: as mulheres. Nesta pandemia, a manutenção da civilização e da sobrevivência da humanidade depende, principalmente, das mulheres. E, com certeza, será um olhar equipado com conhecimentos de gênero que poderá ver esta paisagem.

Em suas pesquisas sobre as histórias das mulheres no Brasil, encontramos várias das conquistas femininas nos espaços públicos e no mundo do trabalho. Neste contexto de pandemia, é notória a presença e atuação de tantas mulheres no enfrentamento à Covid-19, e podemos citar, especialmente, o caso das profissionais da área da saúde, as cientistas, as ativistas e, ainda, mulheres que são líderes políticas de alguns países, as quais inclusive têm se destacado no combate ao coronavírus. Como a professora analisa o protagonismo das mulheres nesse cenário, e que projeções sociais podemos fazer a partir disso?

Joana Maria Pedro: Este protagonismo visível das mulheres na pandemia pode ter várias abordagens: 1) precisamos render homenagem às feministas que nos antecederam e abriram caminhos derrubando barreiras para as mulheres; 2) devemos reconhecer que há continuidades de hierarquias e definições de tarefas que atribuem às mulheres os trabalhos domésticos e os cuidados quase como naturais.

O movimento de mulheres e feministas tem feito inúmeras reivindicações que foram atendidas, e outras ainda não. Reivindicou o direito de votar e de ser eleita, de estudar nas escolas e universidades, de trabalhar e de receber pagamento pelo trabalho, já que foi por muito tempo pago aos maridos e pais, de receber herança e gerir seu patrimônio, de receber salário igual por trabalho igual, de não ser alvo de assédio e violação, de testemunhar em julgamentos, de escolher o lugar de morada, de decidir se quer, quantos e quando ter filhos. Por isso, devemos sempre reverenciar as mulheres que nos antecederam nesta luta. Claro que muitos destes direitos ainda não foram alcançados. Em alguns países, as mulheres não têm direito de dizer seu nome, para ser colocado numa receita médica. Elas são chamadas pelos nomes familiares, elas são as filhas, irmãs, esposas e mães de algum homem, que tem nome próprio¹⁰.

Por outro lado, esta pandemia tem mostrado como algumas áreas ainda são muito resistentes à presença de mulheres, e que elas são muito mais numerosas nas profissões consideradas uma extensão da feminilidade, como, por exemplo: professoras, enfermeiras, médicas, agentes de limpeza, trabalhadoras domésticas etc. As mulheres representam 70% dos profissionais da área da saúde em todo o mundo¹¹. Estas profissões são associadas ao cuidado com as outras pessoas, e se tornaram imprescindíveis nesta pandemia. No Brasil, estas profissionais são as mais atingidas pela contaminação e pela morte pelo coronavírus. Em relação aos demais países, o número de mortes entre as pessoas da enfermagem é superior no Brasil. A falta de equipamentos de proteção e de treinamento para lidar com a doença faz com que a taxa de letalidade seja de 2,36% no Brasil. Claro que a maioria das pessoas contaminadas e mortas são mulheres, representando 65, 38% dos falecimentos¹².

Há, ainda, a questão das trabalhadoras domésticas. No Brasil, apesar de tantos anos de feminismo, temos pouco avanço na divisão das tarefas domésticas. O serviço doméstico é mal pago e desqualificado, certamente uma herança de tantos anos de escravidão. Por ser barato, muitas mulheres de camadas médias conseguem transferir, para outras mulheres, tarefas domésticas que deveriam ser divididas com todas as pessoas que fazem parte da família. A presença da empregada doméstica reduz conflitos familiares e perpetua a divisão desequilibrada dos trabalhos gratuitos feitos na casa. Assim, continuam sendo as mulheres, sejam

elas esposas, mães, filhas, irmãos ou ainda faxineiras, empregadas domésticas, cuidadoras, as que se encarregam de atividades imprescindíveis à sobrevivência e ao cuidado. Os homens continuam sendo poupados deste trabalho, seja ele gratuito ou remunerado. E, nesta pandemia, esta situação não tem mudado muito.

Com a pandemia, de acordo com um relatório da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém; 72% informaram que tiveram um sensível aumento de trabalho de atenção: cuidado com alimentos, com limpeza, saúde e, inclusive, de fazer companhia para idosos, doentes ou crianças. As mulheres que continuaram trabalhando em *home office*, na pandemia, apontaram para o aumento de trabalho, tornando seu dia imensamente cansativo.

Essa pandemia, então, está mostrando a importância do cuidado, e que estes são prioritariamente desempenhados por mulheres. Isso poderia levar-nos, no pós-pandemia a valorizar mais a atuação das mulheres. Mas a crise econômica que aparece no horizonte, e que já está se manifestando pelo crescimento do desemprego, pode, também, acirrar ainda mais o preconceito e a discriminação, criando formas de excluir pessoas que não sejam homens, jovens, brancos, cristãos e heterossexuais. A história do feminismo já nos mostrou como a crise dos anos 1930 representou retrocesso nos direitos das mulheres. Isto foi muito bem retratado por Kate Millett, em *Política Sexual*¹³. Claro que não repetiremos, necessariamente, o que já aconteceu. Além disso tudo está em aberto, vai depender do que estamos fazendo hoje e das lutas que estamos dispostas a levar adiante. Tudo está em aberto.

Em abril de 2020, o Estúdio CBN conversou com brasileiras(os) contaminadas(os) pelo coronavírus e um dos discursos destacado foi que o vírus seria democrático, pois a Covid-19 não escolhe gênero, classe social, idade ou cor. De que modo podemos refletir sobre tais discursos?

Joana Maria Pedro: O vírus, em princípio, não sabe quem vai ser contaminado, mas a contaminação, o sofrimento e a morte tem gênero, classe, idade e cor. Diferente do que se possa imaginar, quem tem morrido mais são homens, ou melhor, pessoas que tem se descuidado e que precisam estar no espaço público, que não podem fazer distanciamento social, algumas que não têm grandes preocupações com a saúde pessoal. Outras consideram, por exemplo, que usar máscara não é “coisa de homem”. Interessante observar como há uma certa

exibição de masculinidade que passa pela rejeição da máscara. O atual presidente supostamente chegou a afirmar que usar máscara era “coisa de veado”¹⁴ e ele tem dado exemplo aparecendo em público sem máscara. Note-se que faz parte de uma certa noção de masculinidade não procurar médico, pois se considera que o “homem de verdade” não fica doente e que quem precisa da medicina são as mulheres. Esta referência de masculinidade tem resultado no número maior de homens que tem adoecido e falecido. Dados têm mostrado que, 70% das pessoas que se contaminam e que ficam gravemente enfermas e falecem, são homens¹⁵. Depende, evidentemente, da classe a que pertence. As pessoas que têm poucas condições, que têm dificuldades para conseguir bons hospitais e equipamentos capazes de garantir a recuperação, correm maior risco. A cor, também atravessa esta questão, pois o racismo institucional e a histórica exclusão dos afrodescendentes das possibilidades de propriedade, de políticas de inclusão, de valorização e de indenização pelo crime da escravização, tem tornado essa população mais vulnerável.

Entre as pessoas que têm saído de casa, que não podem ficar em isolamento e fazer distanciamento social, estão as empregadas domésticas. No Brasil tem, em geral, mais idade e são afrodescendentes¹⁶. Dados da ONU - Mulheres informam que estas têm sido as principais prejudicadas. Grande parte perdeu o emprego com a crise, ou teve que aceitar redução de salário. As que trabalham enfrentam a parada ou redução do transporte público, e a ameaça de contaminação nestes transportes. No Brasil, estas mulheres representam 14,4% das mulheres empregadas. Na América Latina, 77,5% destas mulheres trabalham na informalidade e recebem até 50% dos salários das pessoas ocupadas¹⁷. Note-se que são estas mulheres as que se expõem à contaminação e à morte, ao fazer compras, ir a bancos, passear com cachorros, visando preservar os padrões e patroas da contaminação, que, muitas vezes, são mais jovens que elas.

Das pessoas envolvidas com o trabalho doméstico, certamente as faxineiras são as que estão em situação mais precária. Com o isolamento social, a necessidade de se manter em casa, a presença da faxineira está sendo considerada uma ameaça. Como elas trabalham em várias casas, tornaram-se uma espécie de perigo de disseminadoras do vírus. Muitas têm, neste trabalho, o único sustento da família.

Outra questão a se levar em conta é que, com a suspensão das aulas presenciais, os/as filhos/as estão ficando em casa, e as avós que são chamadas a cuidar dos/as netos/as para que mulheres, que trabalham fora de casa, possam manter o emprego. Por outro lado, muitas vezes, é a aposentadoria da avó que garante uma parte importante do rendimento familiar. A contaminação destas idosas pelo vírus, trazido para casa pelas mulheres ou homens que trabalham, ou pelas crianças quando brincam com outras na rua – lembro que as residências precárias têm pouco espaço-, tem causado um grande desespero a estas mulheres.

Lembro, ainda, outra questão: a da sexualidade. O isolamento das famílias tornou a vida de jovens solteiros/as e homossexuais um pesadelo. Conviver em famílias que não aceitam a homossexualidade torna a vida muito difícil. Antes da pandemia, havia muitos lugares para encontrar namorados/as companheiros/as, enfim, lugares de “pegação”. Com a pandemia, tornou-se quase impossível sair de casa. Por isso, tem sido muito comum a expulsão de casa destes/as jovens. As famílias rejeitam sua homossexualidade e temem, também, que tragam o vírus para dentro de casa, nas suas saídas para namorar e conhecer pessoas. A “saída do armário”, em tempos de pandemia, tem sido difícil.

Levando tudo isso em consideração, podemos até dizer que o vírus é democrático, mas o contágio, o adoecimento e a morte têm classe, raça, cor, idade, sexualidade e gênero.

A Agência Brasil publicou, em abril de 2020, a que “[...] no contexto da pandemia de covid-19, os atendimentos da Polícia Militar a mulheres vítimas de violência aumentaram 44,9% no estado de São Paulo. Em relatório divulgado hoje (20), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) informa que o total de socorros prestados passou de 6.775 para 9.817, na comparação entre março de 2019 e março de 2020. A quantidade de feminicídios também subiu no estado, de 13 para 19 casos (46,2%)”¹⁸. Como analisar os impactos da pandemia na vida das mulheres, para além desse aumento da violência de gênero nesse período?

Joana Maria Pedro: Quero começar dizendo que precisamos muito de feminismo. Além de lutar para garantir o que já foi conquistado – que com a emergência desta onda da direita está sob ameaça -, precisamos dedicar-nos à divisão das tarefas domésticas. Meninos e meninas precisam aprender a cuidar de uma casa, a cozinhar, lavar, passar roupa, consertar roupas, cuidar de crianças, cuidar de

idosos/as e de doentes. Não podemos deixar os meninos fora deste aprendizado e de responsabilizá-los por estas tarefas, na casa. Não podemos achar que somente as meninas devem aprender e ser responsáveis por tarefas domésticas. Esta é uma campanha que precisamos fazer. Outra questão é uma campanha sobre o direito de decisão das meninas e mulheres. Já na segunda Onda do feminismo a campanha do “Não é Não” e “meu corpo minhas regras” estava presente, e até hoje continua sendo necessária.

O que a pandemia tem feito é escancarar o machismo cotidiano. O que vemos são tensões imensas nas casas, pela divisão de tarefas. As mulheres estão exaustas com todo o trabalho doméstico, com as crianças em casa, com o *home office* que tem que dar conta. As discussões tornam-se cada vez mais sérias, quando não encontram qualquer partilha, quando tem um companheiro que não se compromete, que quer ser servido e se torna violento quando suas vontades não são atendidas. Claro que nem todos os homens agem desta forma. Alguns “ajudam”¹⁹ e outros são, de fato, companheiros que partilham as tarefas.

Algumas pessoas têm abusado do álcool neste período; as pequenas disputas tornam-se brigas violentas, redundando em agressão às mulheres. Pessoas estão perdendo emprego. Homens consideram-se atingidos em sua masculinidade, quando perdem o emprego; suas raivas e frustrações costumam ser dirigidas às crianças e à esposa.

No isolamento social, provocado pela pandemia, muitos casais estão convivendo 24 horas por dia; isso significa uma disputa intensa por espaço, por desejos e imposição de vontades.

Muitos homens recém separados têm vivido uma situação de solidão intensa, devido à pandemia. A dificuldade de contato com os/as filhos/as e de encontrar alguma outra companheira tem elevado a tensão. Por outro lado, o ciúme da ex-companheira tem se expressado em agressão e assassinato, às vezes seguido de suicídio. Alguns homens consideram-se donos da mulher e, com a pandemia, perderam também a possibilidade de ter alguém que cuide deles. Sempre tiveram mulheres que se ocuparam deles e, na pandemia, encontrar quem substitua a antiga companheira é difícil. A falta de cuidados, para alguns, pode certamente significar a morte, principalmente os mais idosos ou doentes.

Outra questão que se observa é o aumento de divórcios. Os pedidos de divórcio têm sido, em 70% dos casos, iniciados pelas mulheres²⁰. Elas se queixam de exaustão, de ter que trabalhar, cuidar das crianças e da casa. Sentem-se exploradas pelo companheiro que, muitas vezes, acha que, por ter um emprego que lhe rende um salário um pouco melhor e exige muito, não deve se envolver com as tarefas do lar e o cuidado dos/as filhos/as: ao contrário, acha que “merece” ser servido. Em âmbito nacional, os divórcios aumentaram, em média, 18,7%²¹.

Como se pode ver, a pandemia tem mostrado a importância do trabalho das mulheres no cuidado. Tem, também, mostrado que elas são as que estão ficando mais exaustas, e são os principais alvos da frustração e raiva que a pandemia está provocando.

E como será o pós-pandemia? Muitas pessoas estão fazendo prognósticos sobre o que vai acontecer quando a covid-19 deixar de ser grande ameaça, seja porque se encontraram vacinas capazes de imunização, seja porque se produziu um remédio que permite neutralizar a ameaça. Estes prognósticos apontam para um mundo utópico e um outro, onde a distopia se materializa. Entre os prognósticos utópicos, quero destacar uma entrevista, na qual a professora Débora Diniz destacou que o mundo pós-pandemia teria valores feministas em vigência. Ela lembra que a pandemia demonstrou a importância das mulheres no cuidado, de como elas ficaram sobrecarregadas com a ausência do Estado através de creches, escolas, clínicas etc. A pandemia trouxe para casa as crianças, e afastou os avós do cuidado costumeiro com as crianças. Diante disso, ela sugere que o mundo vai reconhecer este protagonismo, e será mais alinhado aos valores feministas²².

Há, porém, quem venha mostrando o quanto as empresas que lidam com alta tecnologia de comunicação estão ampliando suas atividades, e projetam a possibilidade de viver sem necessidade de muitos contatos físicos com as pessoas. As viagens de negócios já não seriam mais importantes, pois o desenvolvimento de plataformas de videoconferência permitiria realizar reuniões de trabalho sem sair de casa. As empresas não precisariam ter amplas instalações, adotando *home office*. As escolas poderiam ser substituídas por ensino à distância. Enfim, o contato humano seria reduzido sensivelmente.

No horizonte de expectativas há, certamente, uma grave crise econômica, que talvez leve muito tempo para ser superada. O aumento do desemprego deve

ampliar a pobreza, as doenças e o desamparo. O Estado – que tem caminhado para ser cada vez mais mínimo -, com a redução dos recursos oriundos de impostos, terá menos condições de fornecer amparo às pessoas na forma de creches, escolas, clínicas etc. Vai, então, utilizar seus recursos para reprimir formas de resistência, saques e multidões desesperadas. Num panorama tão distópico como este, as mulheres serão forçadas a se dedicar ao cuidado da família e não serão valorizadas por isso.

Mas sabemos que, hoje, estamos fazendo história, construindo o futuro e nada está definido. Tenho visto um movimento importante de presença crescente de mulheres na política. Talvez Débora Diniz tenha razão, e as mulheres talvez possam fazer leis e atuar para que a sobrevivência possa ser garantida por uma renda mínima, e exijam políticas públicas para que o cuidado não fique apenas nas costas das mulheres.

Notas

* Fabiane Freire França é Professora Adjunta do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Doutora e mestre em Educação pela Universidade Estadual do Paraná (UEM), docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, PPGSeD/Unespar e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura - GEPEDIC. Atualmente está na coordenação do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH) da Unespar, Campus de Campo Mourão. E-mail: fabiane.freire@unespar.edu.br

** Claudia Priori é Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Artes Visuais da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Curitiba. Doutora em História (UFPR), docente no Programa de Pós-Graduação em Cinema e Artes do Vídeo, docente no Programa de Pós-Graduação em História Pública e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/PROFHistória, da Universidade Estadual do Paraná. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura - GEPEDIC. E-mail: profclaudiapriori@gmail.com

*** Ana Lúcia Galinkin é Pesquisadora Associada do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações no Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). É bacharel em Psicologia, licenciada em Psicologia e Psicóloga pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestra em Antropologia Social pela Universidade de Brasília, doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora em Psicologia Social na Universidade René Descartes, Sorbonne, França. E-mail: anagalinkin@gmail.com

¹ A professora Joana Maria Pedro agradece a Aimberê Araken Machado pela revisão do presente texto.

² CARVALHO, Maria Meire. Vivandeiras em marcha: entre silêncios e reducionismos historiográficos. *labrys, études féministes*. Revista Estudos Feministas janeiro/jun 2015. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys27/historia/meire.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

³ BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 54.

⁴ Norberto Bobbio afirma que o que separa a esquerda da direita é a forma como atribuem importância para o ideal de igualdade. De acordo com o autor, a defesa da igualdade é uma atribuição que identifica a esquerda. Para a direita, a desigualdade entre as pessoas é impossível de eliminar e é útil, pois promove o constante luta pelo melhoramento da sociedade. Ver BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Ed. UNESP, 1995. p. 21 e 95.

⁵ PANIZZA, Francisco. “La marea rosa”. *Análise de Conjuntura OPSA*, 2006, n. 8.

⁶ O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero foi instituído, em 2005, pela Secretaria de Política das Mulheres (SPM-PR), no âmbito do Programa Mulher e Ciência, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI); a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI/MEC); a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e a ONU Mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/premio-construindo-a-igualdade-de-genero-esta-com-inscricoes-abertas/>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

⁷ Violência Política de Gênero é um delito contra as mulheres, é uma ação na qual uma ou várias pessoas no exercício do poder público pressiona, persegue, hostiliza e ameaça com a finalidade de se apropriar de seu poder, ou induzi-la a tomar decisões contra a sua vontade e seus princípios ético políticos. A este respeito ver ALBAINE, Laura. *Obstáculos y desafíos de la paridad de género. Violencia política, sistema electoral e interculturalidad*. Íconos. Revista de Ciencias Sociales. Num. 52, Quito, mayo 2015, pp. 145-162.

⁸ Margaret Mead (1901-1978) norte americana, antropóloga cultural. O livro mais conhecido no Brasil é “Sexo e Temperamento em três sociedades primitivas” publicado em inglês, pela primeira vez em 1935.

⁹ Já vi esta narrativa em vários lugares. Infelizmente, nunca encontrei nos textos de Margaret Mead qualquer referência. Mesmo assim, conhecendo um pouco a trajetória desta antropóloga, é possível que ela tivesse feito esta afirmação. Disponível em: <<https://expresso.pt/newsletters/expressomatinal/2020-04-01-O-femur-curado>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

¹⁰ NOWROUZI, Mahjooba. O país onde as mulheres não podem dizer seus nomes e são enterradas como anônimas. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53617790?at_custom3=BBC+Brasil&at_custom1=%5Bpost+type%5D&at_medium=custom7&at_campaign=64&at_custom2=facebook_page&at_custom4=2C5D53BA-D380-11EA-8FA6-0BEC39982C1E&fbclid=IwAR2lr7q7wpoSSdPlyD2e8apo4y7Gv_v6WUA5M48RqpRRqFpPQJNvq7MI6MM>. Acesso em: 02 abr. 2020.

¹¹ UCHOA, Pablo. Coronavírus: por que países liderados por mulheres se destacam no combate à pandemia? *BBC-News Brasil* de 22.04.2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52376867>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

¹² Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/19/brasil-tem-record-de-mortes-de-profissionais-da-enfermagem-por-covid-19>>. Acesso em: 02 abr. 2020.

¹³ MILLETT, Kate. *Política Sexual*. Lisboa: Dom Quixote, 1974.

- ¹⁴ Poder 360. Suposta fala de Bolsonaro sobre máscara ser 'coisa de veado' motiva debates. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/midia/suposta-fala-de-bolsonaro-sobre-mascara-ser-coisa-de-veado-motiva-debates/>>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- ¹⁵ Ver: <<https://www.dw.com/pt-br/por-que-a-covid-19-mata-mais-homens/a-53983040> e <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2020/04/risco-de-morte-por-covid-19-e-quase-25-maior-entre-homens-diz-estudo.html>>.
- ¹⁶ BOND, Letycia. Agência Brasil. Ipea: trabalho doméstico é exercido por mulheres mais velhas. 26.12.2019. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-12/ipea-trabalho-domestico-e-exercido-por-mulheres-mais-velhas>>. Acesso em: 3 ago.2020.
- ¹⁷ ONU MULHERES - BRIEF v 1.1. 12.06.2020. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasil/documents/publication/wcms_751304.pdf?fbclid=IwAR3FTWBJabEk7VxVcudfnvaQnVjuOUXkQmJFI6nd6jyJz7dt3ZHSLiniHc>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- ¹⁸ Ver: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-04/sp-violencia-contra-mulher-aumenta-449-durante-pandemia>>. Acesso em: 01 ago. 2020.
- ¹⁹ Uma discussão sobre a ajuda está em COELHO, Ana Carolina. Melhor funcionário do mês. Cláudia, 4.08.2020. Disponível em: <<https://claudia.abril.com.br/blog/cronicas-de-mae/melhor-funcionario-do-mes/>>. Acesso em: 4 ago. 2020.
- ²⁰ CRISTALDO, Heloisa. Aumenta a procura por divórcio durante a pandemia. Agência Brasil, 26.06.2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-06/aumenta-procura-por-divorcio-durante-pandemia>>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- ²¹ O Estado. Divórcios crescem 18,7% no Brasil e aumento é de 79% no Maranhão. 23.07.2020. Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2020/07/23/divorcios-crescem-18-7-no-brasil-e-aumento-e-de-79-no-maranhao/#:~:text=Geral%20%7C%20Separa%C3%A7%C3%A3o,Div%C3%B3rcios%20crescem%2018%2C7%>>>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- ²² DINIZ, Débora. Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Debora Diniz, Folha de São Paulo, 6.04.2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml>>. Acesso em: 02 ago. 2020.

Recebido em: janeiro de 2020.

Aprovado em: julho de 2020.